

# Ulysses garante manter conquista social

O presidente da República em exercício e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, garantiu ontem que as conquistas sociais dos trabalhadores serão mantidas no segundo turno de votação do projeto de Constituição. A informação foi prestada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, que juntamente com um grupo de sindicalistas almoçou com Ulysses, no Palácio do Planalto.

Segundo Luis Medeiros, o deputado é favorável a que a legislação ordinária fixe o período a ser concedido à licença-paternidade e que apenas o seu princípio seja definido pela Constituição. No primeiro turno de votação, foi aprovada a licença-paternidade de oito dias.

Ulysses Guimarães também defendeu junto aos sindicalistas a supressão da palavra «máxima» do artigo que prevê a jornada máxima de seis horas de trabalho nos turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. A seu ver, a retirada de expressão vai contribuir para as negociações entre patrões e empregados sobre a carga de trabalho incluindo as horas extras, quando forem ultrapassadas as seis horas previstas no Projeto de Constituição.

Já Medeiros informou a Ulysses que não vai «brigar» para manter a expressão «máxima», uma vez que os trabalhadores concordam que as horas extras, que porventura possam ser trabalhadas após o turno normal de seis horas, podem ser negociadas entre patrões e empregados.

**Greve**  
Luis Antônio Medeiros disse

## Tem acordo até o artigo 10º

**Carmen Kozak**  
As lideranças partidárias fecharam, ontem, acordos que asseguraram a votação até o artigo 10º do texto aprovado em primeiro turno. No capítulo dos Direitos Sociais, poucos dispositivos foram passíveis de entendimento sendo, inclusive, criada uma subcomissão para analisar a jornada máxima de seis horas para os turnos ininterruptos e de revezamento, aviso prévio proporcional e prescritibilidade das ações trabalhistas rurais.

Todas as lideranças, no entanto, acreditam que a votação do capítulo dos Direitos Sociais só começará na próxima semana. Ainda falta a apreciação de 80 incisos do artigo 5º, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Mesmo que haja sessão hoje, serão necessárias, no mínimo, trinta votações que, com otimismo, representam duas sessões.

Os líderes não conseguiram chegar a um entendimento sobre as normas de votação a serem adotadas em plenário. O Centrão assegura que manterá sua proposta da «semana — boeing», que consiste na apreciação de todas as questões polêmicas antes das consensuais. Ou seja, seriam votadas primeiro

ainda que o presidente da Constituinte quis ainda saber qual a opinião dos sindicalistas sobre o amplo direito de greve aprovado pela Constituinte, no primeiro turno. «Nós achamos que deve ficar como está porque o artigo diz que se houver abusos, eles serão punidos pela lei. Não adianta fazer lei anti-greve se a sociedade não vai cumprir», respondeu a Ulysses Guimarães o dirigente sindical.

Durante o almoço, que durou das 12 horas às 14h30, os sindicalistas defenderam junto a Ulysses a supressão da anistia aos empresários e produtores rurais, a estabilidade dos funcionários públicos após cinco anos de serviço e o artigo que permite a aposentadoria pela lei que seja mais benéfica ao servidor público.

### Marajás

«Não queremos saber de marajás e marechais aposentados», argumentou Luis Antônio Medeiros ao comentar as vantagens que seriam atribuídas ao servidor em relação à sua aposentadoria.

Sobre sua posição contrária à anistia aos microempresários e pequenos e médios produtores rurais, o metalúrgico observou que a sociedade brasileira é capitalista e o capitalismo envolve riscos.

Ele garante ainda que os dispositivos que tratam da aposentadoria do trabalhador urbano e rural não serão alterados. «No Brasil, ninguém tem coragem de mexer na aposentadoria», desafiou.

Ainda no almoço, Ulysses quis saber dos sindicalistas a opinião deles sobre o projeto de Constituição. «Nós demos uma opinião positiva. Ela é boa, moderna e faz acenos em direção aos trabalhadores e nós apoiamos isso», resumiu Antônio Medeiros. O almoço contou também com a presença do presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Magri.

questões como: aviso prévio proporcional, licença paternidade, e jornada de seis horas.

### Esvaziamento

Já os partidos de esquerda garantem que não haverá a «semana-boeing» e asseguram ter o apoio do PMDB e do PSDB. Um dos líderes do Centrão, deputado Luis Roberto Ponte, no entanto, afirma que se não existir a preferência para a votação das questões polêmicas, os conservadores esvaziaram o plenário, impedindo, provavelmente, o quorum de 280 constituintes.

Apesar da controvérsia em relação às normas de votação, as lideranças pretendem dar continuidade, até amanhã, às negociações. Eles acreditam ser possível concluir os entendimentos para todo o Título II. Para isso, falta ainda a negociação dos capítulos da Nacionalidade e dos Direitos Políticos.

Hoje, às 9h00, os líderes voltam a se reunir na liderança do PMDB na Constituinte — o QG das negociações. Os primeiros assuntos da pauta de reunião serão os temas relativos aos Direitos Sociais que estão pendentes, e com grandes chances de aprovação. Dentre eles, a licença paternidade, cujo período de ver será definido em lei ordinária.



Medeiros (D) almoçou com Ulysses (no centro) que quis saber da posição dos trabalhadores

Fica mantido	Em negociação com tendência à aprovação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Licença-maternidade de 120 dias</li> <li>Assistência gratuita aos filhos e dependentes com até seis anos de idade em creches e pré-escolas</li> <li>Seguro-desemprego</li> <li>Salário mínimo nacionalmente unificado</li> <li>Irredutibilidade dos salários</li> <li>Décimo terceiro salário, inclusive para os aposentados</li> <li>Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno</li> <li>Proteção do mercado de trabalho da mulher</li> <li>Aposentadoria</li> <li>Proteção em face da automação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Licença paternidade a ser definida em lei</li> <li>Férias remuneradas em pelo menos um terço do salário normal</li> <li>Supressão do parágrafo que remete para a lei a regulamentação dos direitos dos trabalhadores rurais</li> <li>Participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão ou deliberação</li> </ul>

### O que não tem negociação (vai a voto)

Tema	Como está no Projeto	O que a esquerda quer	O que a direita quer
<b>Estabilidade</b>	Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar. É assegurada indenização compensatória.	Suprime a parte final do texto garantindo a estabilidade ampla com relação de emprego protegida contra despedida imotivada ou sem justa causa.	Uma pequena corrente quer a supressão do termo «arbitrária».
<b>Jornada de seis horas</b>	Jornada máxima de seis horas para os trabalhadores de turno ininterrupto ou de revezamento	manutenção do texto	A corrente mais moderada quer a supressão da palavra «máxima», enquanto que os mais conservadores pretendam a supressão total do dispositivo.
<b>Jornada de 44 horas</b>	Jornada de trabalho semanal de, no máximo, 44 horas	Supressão do termo «e quatro» garantindo a jornada de 40 horas	Manutenção do texto
<b>Hora-extra</b>	Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, 50% à do normal	Manutenção do texto	Supressão da expressão «no mínimo»
<b>Imprescritibilidade das ações trabalhistas</b>	Até dois anos após a extinção do contrato o trabalhador rural poderá reivindicar seus créditos resultantes das relações de trabalho	Manutenção do texto	Tornam as ações dos trabalhadores rurais prescrites, igualando-as aos urbanos. Assim, o trabalhador só poderá reclamar os últimos cinco anos de contrato.
<b>Direito de Greve</b>	Assegura o direito de greve, inclusive nos serviços essenciais e no funcionalismo público.	Manutenção do texto	Supressão do direito amplo de greve, fica mantido somente o princípio que será tratado na legislação específica.
<b>Piso Salarial</b>	Piso salarial proporcional a complexidade e extensão do trabalho	Manutenção do texto	Supressão total
<b>Aviso Prévio</b>	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço sendo, no mínimo, de 30 dias	Manutenção do texto	Supressão do termo «proporcional» e do mínimo de 30 dias
<b>Participação nos lucros</b>	Participação nos lucros ou resultados desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme definido em lei	Supressão da expressão «excepcionalmente»	Supressão total ou da expressão «desvinculada da remuneração»

## PFL rebate críticas pelo atraso

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), reagiu irritado às acusações, que estariam partindo do PMDB, de que seu partido é responsável pelo atraso da Constituinte, como estratégia para viabilizar a aprovação do orçamento do Governo pelo Congresso. «Isto é uma mentira descarada e deslavada», disse Lourenço e enfatizou que, nas vezes em que defendeu a votação do segundo turno somente após as eleições municipais de novembro, isto se devia à «inexistência de negociações» para votação das matérias.

«O PMDB tem maioria suficiente para votar o texto sozinho. Por que não põe essa maioria em plenário e aprova o texto?», indagou Lourenço. Ele acrescentou que tem «questionado» o esvaziamento da Constituinte nas vezes em que o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) assume interinamente

a Presidência como ocorre agora. Apesar de ressaltar a existência de negociações, o que tornaria injustificável o atraso da Constituinte, Lourenço qualificou de «difíceis» os acordos para o segundo turno, embora se confesse assim mesmo «otimista» quanto ao resultado das conversações. Ele observa que persistem dificuldades quanto à eliminação da exigência de ordem judicial para a polícia efetuar prisões, embora o líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), «tenha acenado» com a possibilidade de um acordo. Outra questão difícil — segundo Lourenço — é a eliminação do turno de seis horas para jornadas ininterruptas de revezamento, «que irá inviabilizar o País», e o voto facultativo aos 16 anos, que, segundo ele, «interessa a alguns partidos preocupados por terem perdido o eleitorado mais velho, a quem já enganaram».

O líder do PFL considerou «inconveniente» a extinção de alguns ministérios, mas confirmou que, nas últimas conversas que manteve com o presidente Sarney, ele se mostrou «propenso» a tomar essa medida, especialmente em relação ao Mirad — Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Lourenço acha que Sarney necessita manter os ministérios num momento em que precisa reforçar sua base política. «Aliás — comentou — acho que é um bom momento para ele reforçar essa base».

O parlamentar disse condenar sobretudo a extinção do Mirad (que seria incorporado ao Ministério da Agricultura), por considerá-lo «muito político» e que convive com «muitas dificuldades» e problemas que não poderiam ser resolvidos pelo ministro da Agricultura, devido ao acúmulo de atribuições

## Pertence pede arquivamento do caso ACM

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal o arquivamento do inquérito movido pela CPI da Corrupção, contra o ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Os senadores da CPI denunciaram à Procuradoria da República que Antônio Carlos teria cometido crime de prevaricação ao anunciar publicamente que tinha um dossiê contendo denúncias de diversas irregularidades praticadas por membros da comissão, sem, no entanto, revelar o conteúdo dos documentos, o que impede a apuração das responsabilidades.

No entender de Sepúlveda Pertence, não há «crime de ação pública a investigar», uma vez que os autores da denúncia não explicitaram em que tipo de omissão poderia ser enquadrado o ministro das Comunicações. Ele ressaltou que o funcionário público que tem ciência de um crime e não pede a autarquia a sua apuração pode estar praticando três tipos de crime: condescendência criminosa, corrupção passiva e prevaricação, mas pode também «não se enquadrar na moldura típica de nenhuma infração criminal».

Para Sepúlveda, o argumento de que Antônio Carlos teria cometido crime de prevaricação «não convence», pois faltam outros elementos para caracterizar o delito. Ele descartou a hipótese de corrupção e condescendência criminosa.

O parecer do procurador será anexado ao processo que está nas mãos do ministro Sydney Sanchez, relator deste caso. Assim que o ministro elaborar um despacho, a questão será levada ao plenário do STF, que vai decidir sobre o arquivamento ou não do processo.



Dirce Quadros (PSDB-SP)

## Câmara nega cassação de Tutu Quadros

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) permanece com seu mandato em vigor e membro da Constituinte, não havendo assim vaga para acolher requerimento de posse do seu suplente, Leonel Júlio (PTB-SP), segundo decisão adotada ontem pela Mesa da Câmara. O colegiado recusou também, em reunião realizada pela manhã, o impeachment do presidente José Sarney, solicitado pelo prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares, do PDT. As duas decisões basearam-se em parecer do deputado Homero Santos (PFL-MG), primeiro vice-presidente da Câmara, no exercício da presidência.

O suplente Leonel Júlio havia pedido o reconhecimento do seu direito de assumir o mandato parlamentar, com base nos documentos protocolados na Justiça e nos órgãos do Governo pelo advogado Alberto Lopes Rollo, que denuncia a nacionalidade norte-americana da deputada Dirce Tutu Quadros. Na segunda-feira, à noite, o Ministério da Justiça já havia decidido arquivar o processo, mas a Mesa da Câmara alegou outras razões para não declarar a existência de vaga.

Segundo o parecer, a perda de direitos políticos deve ser decretada pelo Presidente da República, no caso de perda da nacionalidade por aquisição voluntária de outra nacionalidade. A Mesa da Câmara, compete a declaração da perda de mandato quando houver perda dos direitos políticos, e isto não ocorreu. Com o arquivamento do processo no Ministério da Justiça, por sinal, sequer existem os riscos de perda dos direitos políticos por esta razão.

Quanto ao impeachment do presidente José Sarney, o prefeito de Porto Alegre o denunciou por ferir os artigos 315 e 319, do Código Penal, alegando que ele cometeu delitos de prevaricação e emprego irregular de verbas públicas, ao discriminar a prefeitura da capital gaúcha em operações de crédito autorizadas para rolar dívidas de Estados e municípios. Segundo o parecer aprovado pela Mesa da Câmara, os fatos narrados não constituem em crime de qualquer natureza. «São lamúrias contra o processo burocrático de escalões inferiores da administração».



Ulysses, ausente, os trabalhos da Assembléia refluiram

## Constituinte sem votação

A ausência do deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência, foi apontada mais uma vez, por alguns constituintes, como o principal motivo para não haver votações na Constituinte. Ontem à tarde estavam no plenário 273 constituintes, sete a menos do que o mínimo de 280 necessário para o processo de votação. Hoje, com o retorno de Ulysses, é possível que haja votação.

Alguns constituintes culpam a pressa com que o presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), encerrou a sessão por falta de quorum. Atropelando alguns oradores, Benevides anunciou o encerramen-

to da votação, quando ainda entravam no plenário alguns parlamentares. A sessão, iniciada às 13h30, foi encerrada às 15h32, depois de vários discursos no pinga-fogo.

Para os constituintes Adylson Motta (PDS-RS), Victor Faccioni (PDS-RS), Rui Nedel (PMDB-RS), Amaury Müller (PDT-RS), Eraldo Trindade (PFL-AP) e Osvaldo Bender (PDS-RS), com a ausência de Ulysses Guimarães está comprovado que não se realizam votações na Constituinte. Motta considerou que não deveria haver nem mesmo sessão durante toda esta semana, enquanto Faccioni lamentou a centralização de tudo nas mãos de Ulysses Guimarães.